MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones

Decreto-Lei n.º 42 417

Os assuntos relacionados com os selos do correio andam dispersos. Convém reuni-los.

Aproveita-se o ensejo para criar doutrina nova nalguns pormenores relacionados com o aspecto artístico, fabril e filatélico das estampilhas.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Estatuto do Selo Postal dos CTT

Artigo 1.º O selo postal em forma de estampilha adesiva pode ter as seguintes finalidades:

- a) Documentar a cobrança prévia das taxas dos serviços do correio para a qual a legislação não determine expressamente outra forma de pagamento — selo postal ordinário;
- b) Constituir recibo de pagamento feito por destinatários ou remetentes relativo a correspondência que lhes seja entregue em condições especiais fixadas na legislação postal — selo postal de taxa a cobrar (antigamente porteadado);
- c) Certificar que a correspondência goza da regalia referida no artigo 2.º do Decreto n.º 29 708, de 19 de Junho de 1939 — selo postal oficial.

Art. 2.º A emissão dos selos referidos no artigo anterior compete exclusivamente à Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones, no âmbito da sua jurisdição.

Art. 3.º Além dos selos em vigor emitidos pelos CTT como valores ou documentos postais, nenhuns outros poderão ser utilizados para, de qualquer modo, permitir, onerar ou restringir a livre circulação de remessas postais.

§ único. A Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones transmitirá e distribuirá os objectos postais recebidos das províncias ultramarinas e do estrangeiro, nos termos da legislação nacional e convenções e acordos internacionais aplicáveis.

Art. 4.º O selo como valor ou documento postal só é válido para uma única utilização, a qual será comprovada pela marcação com sinais especiais (mata-selos) que impeçam novo uso. Os selos utilizados que, por lapso ou acidente, não hajam sido marcados não podem voltar a utilizar-se.

Art. 5.º O produto da venda dos selos postais emitidos pela Administração-Geral constitui sempre, integralmente, receita da mesma Administração-Geral.

Art. 6.º As emissões dos selos postais far-se-ão de rorma compatível com o prestígio do correio nacional, de baixo da orientação do Ministro das Comunicações e de acordo com as directrizes gerais preconizadas pela Comissão Filatélica Nacional que mereçam homologação do mesmo Ministro.

Art. 7.º As emissões de selos postais devem corresponder a necessidades do serviço do correio, podendo ser cumulativamente utilizadas para homenagear personalidades, comemorar factos ou fazer propaganda de motivos de elevado interesse moral, espiritual ou nacional.

Dizem-se *ordinárias* as emissões em que a primeira circunstância se verifique e *extraordinárias* as restantes.

Art. 8.º Junto da Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones será criada, como organismo consultivo, a Comissão Filatélica Nacional (abreviadamente CFN), com a missão de se pronunciar acerca de todos os assuntos relacionados com os selos postais e a filatelia, designadamente:

- a) Fixar as directrizes de ordem técnica, artística e filatélica a observar nas emissões de selos do correio;
- b) Fomentar a expansão e propaganda da filatelia nacional.

Art. 9.º A CFN reunirá ordinariamente pelo menos uma vez cada ano, na sede da Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones, e extraordinariamente todas as vezes que o presidente o julgue necessário.

Os seus pareceres, acompanhados de informação do correio-mor, serão presentes ao Ministro das Comunicações para homologação.

Art. 10.º A CFN será presidida pelo correio-mor e dela farão parte os seguintes vogais:

- a) O administrador e o chefe dos serviços fabris da Casa da Moeda;
- b) Um representante da Junta Nacional da Educação, designado pelo Ministro da Educação Nacional;
- c) Três artistas ou críticos de arte, designados pelo Ministro da Educação Nacional;
- d) Um gravador de reconhecida competência;
- e) Um representante das associações de coleccionadores filatélicos;
- f) Um representante dos coleccionadores filatélicos independentes de reconhecida idoneidade;
- g) Um representante do comércio filatélico;
- h) Três funcionários especializados da Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones, um dos quais será o seu consultor artístico.

Art. 11.º Os vogais da CFN, com excepção dos indicados nas alíneas a), b) e c) do artigo anterior e do consultor artístico dos CTT, serão nomeados pelo Ministro das Comunicações, sob proposta do correio-mor, e exercerão o seu mandato por períodos bienais.

§ único. A designação dos membros referidos nas alíneas e), f) e g) do artigo anterior resultará de eleições efectuadas pelos respectivos interessados em reuniões para esse fim convocadas pelo correio-mor e por este presididas.

Art. 12.º A CFN disporá de uma secção executiva, constituída pelo consultor artístico dos CTT, que presidirá, pelo chefe dos serviços fabris da Casa da Moeda e por um dos artistas ou críticos de arte indicados na alínea c) do artigo 10.º

§ único. A secção executiva será representada pelo seu presidente nas questões que não envolvam parecer final ou decisão definitiva da secção.

Art. 13.º Os vogais da CFN ou da sua secção executiva estranhos aos serviços dos CTT terão direito a uma senha de presença, da importância de 150\$, por cada sessão a que assistam e quando não residam em Lisboa ao abono de despesas de viagem e de ajuda de custo diária, nos termos do Decreto-Lei n.º 40 872, de 23 de Novembro de 1956. Todavia, a remuneração de cada vogal não poderá exceder mensalmente a quantia de 750\$.

Art. 14.º O funcionamento da CFN e da sua secção executiva será regulamentado por despacho do Ministro das Comunicações.

Art. 15.º As despesas resultantes das disposições do artigo 13.º serão suportadas pelas forças do orçamento ordinário dos CTT.

Art. 16.º As emissões ordinárias compreenderão selos de valores correspondentes ou não a taxas da tarifa postal, com variedade bastante para permitir a boa execução do serviço do correio. As tiragens desses selos serão ilimitadas, devendo fazer-se as precisas para abastecimento do público durante o tempo da sua circulação como valor ou documento postal. Os selos de refugo da impressão ou estampagem deverão queimar-se.

Art. 17.º As emissões extraordinárias de selos postais compreenderão geralmente pequeno número de taxas. Serão fabricadas em regime de edição única, limitada aos quantitativos anunciados na portaria de legalização a que se refere o artigo 27.º Os selos que constituam sobras de fabrico, bem como os de refugo, deverão queimar-se.

§ único. O número de exemplares de selos de cada taxa deve fixar-se de maneira a evitar especulações.

Art. 18.º As fases de uma emissão de selos postais são as seguintes:

1.ª Fase preparatória, compreendendo:

- a) Escolha do tema e motivo de emissão;
- b) Escolha das suas características postais;
- c) Autorização da emissão.

2.ª Fase artística, abrangendo:

- d) Escolha dos artistas e métodos de trabalho;
- e) Obtenção dos modelos;
- f) Obtenção das gravuras;
- g) Aprovação das provas.

3.ª Fase comercial e industrial, incluindo:

- h) Adjudicação e encomenda do fornecimento;
- i) Operações de fabrico, designadamente escolha do papel e cores, impressão ou estampagem e picotagem;
- j) Contagem e embalagem;
- k) Verificação e recepção.

4.ª Fase final, implicando:

- l) Legalização da emissão e ordem de circulação como valor postal.

Art. 19.º O correio-mor tem competência para conduzir os trabalhos da fase preparatória, inclusive no que respeita à escolha dos valores das taxas a emitir e ao volume das tiragens. Mas a autorização da emissão depende de despacho do Ministro das Comunicações.

Art. 20.º A fase artística e as operações de fabrico da 3.ª fase das emissões decorrerão sob orientação e fiscalização directa da secção executiva da CFN, à qual cumpre tratar com os artistas encarregados da execução dos originais ou modelos, com os gravadores e com os fabricantes, bem como estudar os problemas que surjam e propor as soluções mais convenientes.

Compete ao correio-mor tomar decisões sobre todos esses assuntos. Todavia, cabe ao Ministro das Comunicações a aprovação definitiva do trabalho, a qual será conferida em presença de pareceres da secção executiva e do correio-mor, à vista de provas finais dos selos tiradas em folha com o aspecto definitivo e no próprio papel da obra.

Art. 21.º A obtenção dos modelos ou das gravuras necessários às emissões de selos postais não obriga à realização de concursos nem à celebração de contratos escritos, podendo efectivar-se mediante simples ajuste directo com artistas portugueses de comprovada competência. Quando as circunstâncias o aconselhem, poderá a confecção de gravuras confiar-se a estrangeiros também de reconhecido mérito.

Art. 22.º Os modelos ou originais para selos devem conciliar, ponderadamente, os efeitos artísticos com as necessidades e características postais das emissões.

Art. 23.º A impressão ou estampagem e outras operações subsequentes do fabrico dos selos serão feitas na Casa da Moeda. As emissões extraordinárias poderão, no entanto, a título excepcional, confiar-se à indústria particular nacional ou à indústria estrangeira, quando circunstâncias especiais o aconselhem.

Art. 24.º Os selos postais poderão fabricar-se em folhas, em fita ou de qualquer outra maneira que mais convenha às condições de venda.

Art. 25.º Pertencerão sempre aos CTT a propriedade e os direitos perpétuos de reprodução dos modelos das suas emissões, bem como os das obras de arte expressamente feitas para obtenção dos mesmos modelos. Essas obras de arte serão apresentadas pelos seus autores em materiais perduráveis e convenientemente acondicionadas.

De igual forma pertencerão aos CTT todas as gravuras, matrizes e outros objectos fundamentais utilizados na fabricação das emissões.

Todos estes objectos serão arquivados no museu dos CTT.

§ único. As gravuras, matrizes e demais objectos fundamentais da fabricação das emissões extraordinárias devem marcar-se ou inutilizar-se depois da mesma fabricação de forma a impossibilitar edições ulteriores.

Art. 26.º Competem à Direcção dos Serviços Industriais dos CTT os trâmites administrativos, comerciais e burocráticos relacionados com a aquisição dos selos postais, sua recepção e armazenagem, entrada e retirada de circulação. A referida aquisição não obriga à realização de concurso.

Art. 27.º A atribuição de valor postal às emissões e a determinação da sua entrada em circulação serão efectivadas por meio de portaria assinada pelo Ministro das Comunicações, publicada após conclusão dos trabalhos da fase comercial e industrial.

§ único. O tempo de circulação dos selos como valor ou documento postal nunca será fixado nessa portaria.

Art. 28.º A Direcção dos Serviços Industriais, por intermédio dos seus armazéns gerais, abastecerá directamente de selos postais:

- a) As exactorias das estações de grande tráfego designadas pelo correio-mor — para fornecimento público;
- b) As tesourarias da Fazenda Pública — para fornecimento às restantes estações dos CTT e ao público;
- c) A exactoria dos serviços de informações e reclamações dos CTT — para efeitos de venda aos filatelistas e outros fins oficiais autorizados pelo correio-mor;
- d) As exactorias das estações das sedes das circunscrições de exploração — para compensação dos cupões-respostas expedidos do estrangeiro e apresentados, para troca, nas estações dos CTT.

§ 1.º Os fornecimentos referidos no presente artigo nunca movimentarão numerário. Serão creditados na conta de responsabilidade do exactor respectivo dos armazéns gerais e debitados às entidades requisitantes.

§ 2.º Os mesmos fornecimentos dependem de requisição prévia e devem efectuar-se sempre mediante as formalidades necessárias para assegurar a boa execução e fiscalização do serviço.

Tais formalidades serão estabelecidas pelo correio-mor; no tocante às tesourarias concelhias, acordadas com a Direcção-Geral da Fazenda Pública.

Art. 29.º O fornecimento de valores postais de uso restrito a certas épocas do ano ou a determinadas zonas do País, como os bilhetes-postais de boas-festas, com ilustrações regionais, etc., poderá efectuar-se directamente pelos armazéns gerais da Direcção dos Serviços Industriais às exactorias dos CTT que o correio-mor determinar.

§ único. A devolução destes valores aos armazéns gerais efectuar-se-á de acordo com as normas aprovadas pelo correio-mor.

Art. 30.º As exactorias das estações que não forem abastecidas directamente pelos armazéns gerais, nos termos da alínea a) do artigo antecedente, receberão da Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones adiantamentos em numerário com os quais comprarão nas tesourarias da Fazenda Pública respectivas os selos destinados à venda ao público.

§ 1.º (transitório). Considerar-se-ão como tendo sido feitos em numerário todos os adiantamentos até agora concedidos em selos e outros valores postais aos diversos exactores, devendo a Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones efectuar nas suas contas as regularizações necessárias.

§ 2.º A reposição, total ou parcial, dos adiantamentos a que se refere este artigo far-se-á em numerário, podendo para isso os selos existentes à data da reposição vender-se às estações que para cada caso forem designadas.

Art. 31.º Os tesoureiros da Fazenda Pública, mediante pagamento à vista, venderão selos postais, contra requisição escrita e em qualquer quantidade, às estações e postos dos CTT das respectivas áreas.

Art. 32.º As exactorias das estações dos CTT venderão selos postais em qualquer quantidade, contra requisição escrita e mediante pagamento à vista:

Aos exactores das CTF urbanas;

Aos encarregados das CTF, PCTF, PC e PS que não se abasteçam directamente nas tesourarias da Fazenda Pública.

Art. 33.º É proibida às tesourarias da Fazenda Pública, às exactorias das estações dos CTT e aos encarregados dos PCTF, PC e PS a compra de selos postais a particulares.

Art. 34.º Os selos fornecidos que acidentalmente se deteriorarem poderão ser devolvidos aos armazéns gerais da Direcção dos Serviços Industriais:

- a) Pelos exactores dos CTT, por intermédio dos respectivos chefes dos serviços externos;
- b) Pelos tesoureiros da Fazenda Pública, por intermédio das direcções de finanças;
- c) Pelos chefes das ambulâncias postais, por intermédio do chefe da rede de ambulâncias postais;
- d) Pelos SIR, directamente.

§ único. Os encarregados de PCTF, PC e PS efectuem as devoluções previstas neste artigo por intermédio das CTF de que dependem.

Art. 35.º A venda de selos postais aos utentes dos serviços do correio apenas pode legitimamente fazer-se nos locais seguintes, mediante pagamento à vista:

- a) Exactorias de todas as estações dos CTT;
- b) Ambulâncias postais;
- c) PCTF, PC e PS;
- d) Tesourarias da Fazenda Pública, fora das cidades de Lisboa e Porto, em quantidades de valor igual ou superior a 50\$;
- e) Quaisquer locais onde a Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones instalar ou autorizar a instalação de dispositivos de venda mecânica.

§ 1.º A revenda de selos postais adquiridos nos locais referidos nas alíneas deste artigo é permitida aos condutores de malas de correio e a bordo dos navios portugueses matriculados em portos metropolitanos navegando no alto mar ou quando estacionados naqueles portos.

Compete aos comandantes ou capitães desses navios designar, nominalmente, os tripulantes encarregados dessa revenda.

§ 2.º O fornecimento de exemplares do selo oficial referido na alínea c) do artigo 1.º faz-se pelas exactorias das estações que o correio-mor designar.

Art. 36.º Não poderão utilizar-se como valor ou documento postal os selos que, embora pertencentes a emissões vigentes dos CTT, se encontrem nas condições seguintes:

- a) Sujos, desbotados, deteriorados, rasgados, cortados ou incompletos;
- b) Com induto ou protecção que impeça a aposição directa, durável e fácil do mata-selos;
- c) Apresentando quaisquer inscrições ou desenhos, manuscritos ou impressos ou sinais de já terem servido para franquiar objectos de correspondência;
- d) Afixados na correspondência sem apresentarem para a inutilização toda a superfície ou de maneira que fique uma das partes na frente e a outra no verso do objecto de correspondência;
- e) Perfurados em condições diferentes das especificadas no artigo 51.º do presente decreto-lei.

Art. 37.º Serão punidos, nos termos dos artigos 229.º e 230.º do Código Penal e dos artigos 3.º e 5.º do Decreto n.º 29 840, de 10 de Março de 1939, os indivíduos que:

- a) Introduzirem no País, emitirem, passarem, expuserem à venda ou utilizarem selos postais falsificados;
- b) Fizerem desaparecer dos selos postais por dissimulação, apagamento, corte ou justaposição os sinais de anterior utilização dos mesmos selos.

§ 1.º Os indivíduos que, para os fins consignados na alínea a) do artigo 1.º do presente decreto-lei, utilizarem selos postais em que se encontrem apostos, no todo ou em parte, sinais de já terem servido ficam obrigados ao pagamento de cem vezes a taxa correspondente a estes selos.

§ 2.º Os remetentes das correspondências que exibam selos postais nas condições referidas no corpo deste artigo serão considerados presumíveis autores das infracções ali previstas.

Art. 38.º Os selos de uma emissão ordinária não deverão circular como valor ou documento postal simultaneamente com os de outra emissão da mesma natureza, salvo durante o período de tolerância, preparatório da retirada de circulação da emissão mais antiga. Os selos das emissões extraordinárias poderão circular cumulativamente com os de quaisquer outras.

Art. 39.º Os selos postais poderão retirar-se da circulação quando estejam quase consumidas as suas existências em armazém e, excepcionalmente, quando houver necessidade imperiosa de assim proceder.

A retirada da circulação determinar-se-á em portaria do Ministro das Comunicações, publicada com a devida antecedência, da qual devem constar as datas limites da validade da emissão e da troca dos respectivos selos.

Art. 40.º Os selos retirados da circulação em poder de qualquer entidade ou particular poderão ser troca-

dos, dentro do prazo fixado no artigo anterior, por outros que estejam em vigor. Essa troca efectuar-se-á:

- a) Em Lisboa e Porto, nas exactorias das estações que o correio-mor designar;
- b) Nas restantes localidades, nas tesourarias da Fazenda Pública.

§ 1.º Os selos trocados nos termos deste artigo serão enviados aos armazéns gerais da Direcção dos Serviços Industriais e por estes substituídos por outros em circulação.

§ 2.º Não poderão aceitar-se para troca selos perfurados nos termos do artigo 51.º e, bem assim, os designados nas alíneas a), b) e c) do artigo 36.º do presente decreto-lei.

Art. 41.º Ultrapassada a data que tiver sido fixada para retirada da circulação de uma emissão, os selos que a compõem deixarão de ter validade postal.

Art. 42.º Antes de esgotada a existência de uma emissão a Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones reservará dez mil exemplares de cada taxa para ulterior venda aos coleccionadores filatelistas.

Art. 43.º A venda para fins filatélicos de selos e outros valores postais retirados da circulação será efectuada pelos serviços de informações e reclamações dos CTT (SIR) na sua sede, em Lisboa, ou nas suas delegações na província, nos termos seguintes:

- 1.º Os valores postais serão vendidos a retalho pelo seu valor facial;
- 2.º As requisições serão satisfeitas contra o pagamento da importância correspondente às espécies nelas mencionadas;
- 3.º A transmissão das requisições e respectivas importâncias para os SIR e dos valores filatélicos para os utentes faz-se sem encargos para estes, utilizando-se vales e cartas registadas de serviço com declaração de valor.

Art. 44.º Além dos selos indicados no artigo 1.º do presente decreto-lei, a Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones poderá emitir bilhetes-postais estampilhados cujo preço de venda ao público será equivalente ao valor do porte.

Poderá também a Administração-Geral emitir outras fórmulas estampilhadas, nos termos que forem fixados pelo Ministro das Comunicações.

§ único. As fórmulas postais referidas neste artigo poderão aplicar-se as disposições relativas a selos postais, nos termos e condições que forem estabelecidos em despacho do Ministro das Comunicações.

Art. 45.º Os selos de «taxa a cobrar» devem obedecer aos seguintes requisitos:

- a) Distinguir-se facilmente dos selos ordinários e oficiais;
- b) Conter, além da indicação da taxa, as palavras «a cobrar».

Art. 46.º Os selos de «taxa a cobrar» não marcados só poderão vender-se ao público para fins filatélicos.

Art. 47.º Os selos de «taxa a cobrar» e os que forem recortados de fórmulas postais estampilhadas não podem utilizar-se para os fins previstos na alínea a) do artigo 1.º do presente decreto-lei.

Art. 48.º É autorizada a venda de bilhetes-postais ilustrados ou de propaganda emitidos pelos CTT nas delegações do Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo, nas sedes das comissões municipais e juntas de turismo, nos hotéis, pensões, restaurantes, cafés, nas estações de caminho de ferro e nos estabelecimentos comerciais de papelaria ou tabacaria.

§ 1.º Esta venda será efectuada nos termos estabelecidos para idêntico serviço nos postos de venda de selos e outras fórmulas de franquia.

§ 2.º O serviço previsto no corpo deste artigo será remunerado nos termos estabelecidos para os encargados dos postos de venda de selos e outras fórmulas de franquia. Todavia, os limites legalmente estabelecidos dessas remunerações serão considerados independentemente quando os dois serviços se executem cumulativamente.

Art. 49.º A Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones tomará as providências necessárias para que a marcação dos selos postais se efectue de forma a afectar o menos possível o seu valor filatélico.

Art. 50.º A Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones não poderá apor sobrecargas (de legendas ou taxas) nos selos ou noutras fórmulas postais susceptíveis de valorização filatélica, qualquer que seja o motivo invocado.

Igualmente será vedada a destruição ou inutilização voluntária pelos serviços da mesma Administração-Geral dos valores das suas emissões de tiragem limitada, estejam ou não em circulação.

Art. 51.º A Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones poderá autorizar a perfuração de selos postais, depois de adquiridos pelos usuários, para efeitos de fiscalização particular do seu uso, desde que essa perfuração não prejudique de qualquer maneira o reconhecimento da validade dos espécimes nem da sua legítima utilização.

A perfuração não deverá atingir a indicação da taxa.

§ 1.º A autorização depende da apresentação de um exemplar perfurado, da sua aprovação e do pagamento prévio da taxa anual que estiver fixada na tarifa postal vigente.

§ 2.º A Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones avisará os interessados quando suspeite ou reconheça que os selos perfurados são utilizados por pessoa diversa da autorizada.

Art. 52.º Fica proibida a reprodução de selos postais com dimensões compreendidas entre 0,75 e 1,25 das dimensões lineares dos respectivos originais. Esta proibição abrange os selos que se encontrem em vigor, os que não tenham chegado a circular e os que já tenham sido retirados da circulação, tanto novos como usados.

Fora destes limites, a reprodução só pode fazer-se quando autorizada pela Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones e sob condição de os exemplares reproduzidos terem impressa na sua margem inferior a seguinte referência: «Reprodução autorizada pelos CTT».

§ 1.º A infracção de qualquer destes preceitos implicará não só a apreensão das reproduções efectuadas e dos respectivos cunhos e matrizes, como também a imposição de multa até 10.000\$, aplicada por despacho do Ministro das Comunicações, a favor das obras de carácter social e cultural dos CTT, previstas no artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 36 155, de 10 de Fevereiro de 1947.

§ 2.º As apreensões serão efectuadas, a pedido dos CTT, por intermédio das autoridades policiais ou administrativas.

§ 3.º As multas referidas neste artigo, quando não sejam pagas voluntariamente dentro do prazo de trinta dias, a contar da notificação feita pela Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones, serão cobradas por intermédio dos tribunais das execuções fiscais.

Art. 53.º O uso dos selos do correio em forma de estampilha adesiva pode ser substituído, nos termos regulamentares, por impressões feitas com máquinas de franquiar e pelo pagamento antecipado, em regime de

avença, dos portes devidos pelos respectivos objectos de correspondência.

Art. 54.º Nos objectos de correspondência ou encomendas postais poderão afixar-se vinhetas destinadas a fins de beneficência ou de propaganda, desde que o seu emprego tenha sido previamente autorizado pelo correio-mor.

§ 1.º A fim de evitar confusão durante as operações de correio, as vinhetas deverão distinguir-se facilmente dos selos postais e ser afixadas do lado oposto ao que contiver o endereço e o selo postal.

§ 2.º As autorizações para o emprego de vinhetas destinadas a fins de beneficência não são oneradas com quaisquer encargos.

O uso das vinhetas destinadas a fins de propaganda só pode ser permitido mediante o pagamento por cada modelo de vinheta da taxa anual que constar do tarifário.

§ 3.º A correspondência confiada ao correio em mão e as encomendas postais onde se encontrem afixadas vinhetas não autorizadas serão recusadas no acto da aceitação. A correspondência encontrada nas mesmas condições noutra qualquer fase da transmissão postal cai em refugio.

§ 4.º Não é permitido aplicar no exterior dos objectos de valor declarado (cartas, caixas e encomendas) quaisquer vinhetas ou etiquetas além das de serviço.

Art. 55.º As estações dos CTT, mediante autorização do correio-mor, poderão vender ao público as vinhetas adesivas referidas no artigo anterior destinadas a fins de beneficência ou de impostos locais.

As condições de venda e entrega dos respectivos rendimentos, quando não se encontrem estabelecidas em legislação própria, serão fixadas pela Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones.

Art. 56.º Fica a Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones autorizada a lançar, patrocinar e subsidiar iniciativas tendentes a desenvolver o gosto e a cultura filatélicos, dentro dos limites da verba que para o efeito for inscrita no orçamento anual de despesa.

Art. 57.º Ficam revogados os artigos 373.º a 391.º, 393.º e 394.º do Regulamento para os Serviços dos Correios, aprovado pelo Decreto de 14 de Junho de 1902, o Decreto n.º 12 681, de 18 de Novembro de 1926, o artigo 1.º do Decreto n.º 17 664, de 25 de Novembro de 1929, o Decreto n.º 19 826, de 3 de Junho de 1931, o artigo 4.º do Decreto n.º 23 440, de 4 de Janeiro de 1934, o n.º 12.º do § 1.º do artigo 21.º do Decreto n.º 26 611, de 19 de Maio de 1936, na parte relativa a selos postais, os Decretos n.ºs 27 986, de 21 de Agosto de 1937, e 28 533, de 10 de Março de 1938, o artigo 3.º do Decreto n.º 28 902, de 8 de Agosto de 1938, em relação à matéria da alínea c) do seu artigo 1.º, e o Decreto n.º 28 940, de 25 de Agosto de 1938.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 27 de Julho de 1959. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — António de Oliveira Salazar — Pedro Theotónio Pereira — Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz — Arnaldo Schulz — João de Matos Antunes Varela — António Manuel Pinto Barbosa — Afonso Magalhães de Almeida Fernandes — Fernando Quintanilha Mendonça Dias — Marcello Gonçalves Nunes Duarte Mathias — Eduardo de Arantes e Oliveira — Vasco Lopes Alves — Francisco de Paula Leite Pinto — José do Nascimento Ferreira Dias Júnior — Carlos Gomes da Silva Ribeiro — Henrique Veiga de Macedo — Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de Carvalho.